



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS PROCESSOS DE DECISÕES

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015.

FOLHA DE APROVAÇÃO

SUELY DE OLIVEIRA DIAS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS PROCESSOS DE DECISÕES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção de título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Avaliador

Professora Giselle Cristina Rodrigues – Orientador

Suely de Oliveira Dias - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os gestores que estão à frente da direção escolar, bem como àqueles interessados em atuar como gestor em qualquer região do nosso país.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que compartilharam comigo desta trajetória do meu processo de construção do conhecimento, os meus sinceros agradecimentos, respeito e carinho.

RESUMO

O presente trabalho pretende descrever sobre Gestão Escolar e seus atenuantes, das quais trará breve análise dos processos históricos em torno da construção do pensamento democrático, para então analisar as práticas ocorridas na Escola onde atuou. O trabalho procurará fazer apontamentos sobre a atuação da gestão atual, na tentativa de entender o porquê do distanciamento da prática mediante uma visão democrática e assim tentar apontar algumas saídas para construção de uma escola de qualidade.

Palavras chaves: Gestão democrática. Atuação do gestor. Processos de Decisões.

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Desenvolvimento.....	03
3. Considerações finais.....	11
4. Referencias bibliográficas.....	13

I - INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Professor Bicalho – tipologia PO35C3, integrante da rede estadual de ensino, está localizada na Rua: José de Arruda, No 150, Bairro: Bom gosto, no município de Grão Mogol – MG. Segundo informações que constam nos arquivos deste estabelecimento, a Escola Estadual Professor Bicalho iniciou suas atividades como escola singular em 1928 pela Lei Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e funcionava em salas alugadas em vários endereços. Daí até os tempos atuais a escola passou por várias denominações, modalidades e níveis de ensino através de leis, pareceres e decretos que regulamentam os atos.

Até outubro de 2009 a escola funcionava em prédio cedido pela Prefeitura Municipal. A escola oferece os anos finais do Ensino Fundamental e o ensino médio, bem como turmas da EJA, com matrícula de 850 (oitocentos e cinquenta) alunos, distribuídos nos três turnos (manhã, tarde e noite). Desde outubro de 2009 a Escola Estadual Professor Bicalho passou a funcionar em prédio próprio construído pelo governo do Estado de Minas Gerais, dentro dos padrões exigidos para as modalidades de ensino oferecidas.

A cidade onde está inserida a escola é interiorana e pequena, o acesso ao progresso pode ser vivenciado num ritmo aquém do desejado. Localizada em um bairro popular e de clientela mista, constata-se que boa parte dos alunos são provenientes de famílias de baixa renda, vivendo, basicamente de um salário mínimo. Os pais dos alunos, em sua maioria são analfabetos e usufruem de pouca ou nenhuma opção de lazer e cultura. Podemos descrever que os moradores são beneficiados com rede de água tratada e de esgoto, energia e coleta de lixo, com a maioria das ruas pavimentadas. Grande parte das famílias é composta por mulheres que cuidam, sozinhas, da educação dos filhos, pois os pais, na maioria são separados e ou moram em outras cidades em busca de empregos, comparecendo, poucas vezes ao ano para ver a família. A escola em análise é a única que oferece do ensino fundamental (anos finais) ao médio na sede, sendo que nossos alunos são oriundos de todos os bairros e zona rural, com as mais diversas expectativas. No turno matutino estão matriculados os alunos da sede, e no turno vespertino, a maioria dos alunos são

oriundos da zona rural e percorrem até 100 Km² de ônibus, para chegarem na escola, no turno noturno a escola recebe alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Apesar da carência econômica da região, os nossos alunos conseguem visualizar na educação, um meio para melhores condições de vida e, conseqüentemente, melhores empregos. Saem para cidades maiores, buscando as vagas em universidades, no entanto se trata de uma minoria. Em meio a este contexto, o trabalho apresentado procurará versar sobre gestão democrática e os processos de decisões na Escola Estadual Professor Bicalho devido a uma grande deficiência percebida na gestão atual em processar, democraticamente, ações que possam gerenciar com eficiência a escola.

O tema, “Gestão Democrática e os processos de decisão na Escola Estadual Professor Bicalho”, será o fio condutor dessa análise crítica, pois verifica-se uma omissão desse fazer democrático. Vários são os problemas observados que torna o tema evidente, dentre as quais podemos citar: comunidade não participativa das tomadas de decisões da escola; servidores desmotivados, pois percebem a ausência da atuação democrática advindo da equipe gestora; pais desacreditados com os rumos que a escola tem tomado, devido à ausência da gestão; alunos pouco motivados; professores agindo independentemente, sem atender as exigências legais; constância de horários vagos; falta de professores; depredação do patrimônio público; sobrecarga para gerenciamento da escola pelo especialista da educação; números elevados de reprovação; direção ausente nos dias letivos; pouca atuação do colegiado nas tomadas de decisões são alguns problemas enfrentados.

Entendemos que o enfrentamento do problema requer uma minuciosa reflexão coletiva entre todos os segmentos da escola. O diálogo mediante as questões que são importantes para o funcionamento da escola requer seriedade, compromisso e acima de tudo esperança; o processo, portanto, deve ser direcionado com ponderação, respeito entre todos, dando oportunidade para que todos deem sua opinião sem criar clima de desavenças a ponto de causar desconforto entre a comunidade. Desse modo o trabalho procurará analisar todos os pormenores que contribui para que a escola tenha práticas estereotipadas sobre atuação da gestão democrática e assim buscar caminhos

para tornar possível uma aprendizagem social para a promoção da gestão democrática participativa.

2. DESENVOLVIMENTO

Na tentativa de entender atuação da gestão na Escola Estadual Professor Bicalho, conceituada instituição localizada na sede da cidade de Grão Mogol Minas Gerais, se faz necessário buscar descrever o significado do termo gestão para então poder iniciar uma discussão acerca dos processos democráticos na qual deveriam acontecer as práticas educativas. Segundo Silva (2007, p. 23)

A administração é uma prática primitiva, pois, desde os tempos mais remotos, as sociedades humanas já exerciam determinadas formas de administrar em função de interesses comuns.

Com o tempo o termo foi tendo ramificações diversas, das quais liderança, administração, direção, governo, coordenação, gerenciamento, organização, permeou e permeia como sinônimos únicos da palavra gestão. Não vamos discutir a diferença entre a terminologia administração e gestão, o que é importante é tentar elucidar um líder frente a uma instituição. Cury (2007. P. 493)

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito e um dos substantivos derivado deste verbo nos é muito conhecido. Trata-se de gestatio, ou seja, gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provém os termos: genitora, genitor, gérmen.

O termo é reforçado por Silva (2007, p. 22), gestão nos lembra gestação, gerir, dar a vida, e, bem verdade que olhando para uma instituição é o termo que mais apropria das concepções das quais acreditamos está próximo de uma visão maternal. Pensamos que uma mãe ao gestar um filho tem todo um cuidado natural de planejamento, com a saúde, com o psicológico, com as economias e ao dar a vida cria ainda expectativas em relação ao seu crescimento, e emaranhada por uma esperança de incutir no filho princípios éticos e morais planeja um futuro brilhando a ser trilhado pela sua prole.

Assim, diante de tantos significados, a gestão deve ser cuidada, gerida com amor, deve apresentar flexibilidade nas ações, e direcionada com esperança, na coletividade, com princípios éticos na tentativa de tornar possível a realização dos objetivos propostos para chegar às metas estabelecidas. A própria evolução da sociedade requer novos paradigmas, novos olhares sobre a realidade. Wittmann (2000, p. 89) reforça dizendo, que “a evolução lenta e gradual parece que vem de encontro a seus próprios limites. Novas demandas surgem para a gestão escolar, em decorrência da necessária autonomia e democratização de sua gestão.”

A partir de diversos conceitos sobre a gestão, delimitaremos este termo para tratarmos da gestão democrática, especificamente no bojo educacional, em seguida descreveremos sobre a gestão na escola analisada e assim, retratarmos sobre a necessidade de práticas realmente democrática. A expressão “gestão democrática da escola pública” foi legalizada pela constituição Federal de 1988 (Inciso VI do artigo 206) e referendada posteriormente pela LDB 9.394/96 (inciso VII do artigo 3). (Caderno V, p,10. Formação de professores do ensino médio). Democracia quer dizer: governo do povo; soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e na distribuição equitativa do poder. (Domingues s/d)

Sabemos que as leis regem as políticas educacionais no Brasil, o que é possível mediante lutas na tentativa de melhorar as políticas públicas educacionais. E a proclamação da democracia adveio mediante várias manifestações de toda a população na tentativa de ter vez e voz nas decisões políticas, econômicas, culturais e educacionais do país. Vários foram os congressos, fóruns realizados para debates, discussões dos possíveis caminhos a serem trilhados.

A democracia, a cada ano, vem ganhando forças e abrindo caminhos para maior liberdade, autonomia e participação nas tomadas de decisões nas políticas sociais. É bem sabido que a democracia dá condições da sociedade decidir a respeito de diversas situações da vida cotidiana. Nas palavras de (ROCHA, 2010, p. 02)

Democracia palavra que define literalmente "Governo do povo e para o povo", este sistema político opõe-se as formas de ditadura e totalitarismo, onde o poder reside em uma elite auto eleita. Mas para

chegarmos ao Regime Democrático, o Brasil apresenta em sua história uma caminhada sócio - política e econômica bastante difícil.

Ao estudarmos os cadernos da Formação de Professores do Ensino Médio, precisamente o caderno de número V, podemos fazer alguns recortes históricos sobre a democratização da escola pública: 1980, o Brasil saía da ditadura, o diretor da escola era indicado pelo poder político, a prática da gestão escolar era de acordo com os interesses do poder externo. Porém, nesta mesma década, a eleição de diretores foram acontecendo e ganhando espaço nos sistemas estaduais e municipais, sendo, por certo, a prática democrática mais significativa, onde a participação do povo indica tomadas de decisões de acordo com seus interesses. (DOMINGUES S/D)

Sabe-se que a democracia vem defender o direito de todos participarem das tomadas de decisões que favoreçam a qualidade de vida em sociedade. Porém, para que essa atuação ocorra é necessário que os indivíduos, destes pequenos vivenciam princípios de atuação democráticas.

Assim, para que possamos atuar em qualquer situação é necessário conhecermos a fundo todas as possíveis informações a respeito do objeto defendido. O direito de autonomia democrática só é possível mediante participação coletiva, onde todos participam dando sua contribuição para o alcance das metas pré-estabelecidas. As diferenças de opiniões de constroem de forma ética, em um processo de construção que é social. Portanto, a promoção da gestão democrática só é possível mediante a conversação entre todos os segmentos que compõem a escola.

2.1 - CONTEXTO ATUAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR BICALHO

Partido de uma reflexão sobre este breve histórico sobre os avanços históricos em relação a educação no nosso país e entendermos os aspectos de gestão e gestão democrática, podemos então descrever sobre a realidade na qual se configura a gestão da Escola Estadual Professor Bicalho. Atualmente a

gestão da escola já está há dois mandatos a frente da direção da instituição. O processo de escolha se deu mediante o processo de eleição na qual a comunidade participou massivamente dando o seu voto acreditando na melhoria da qualidade da educação de seus filhos. Naquela época, quando iniciamos o nosso trabalho na referida instituição, especificamente nos anos de 1998, percebíamos várias práticas antidemocráticas que levou a escola a um caos na administração.

Não existia uma liderança, a escola estava jogada ao descaso, a negligencia nos aspectos organizacionais, o que gerou dificuldades na utilização dos recursos financeiros e por muito tempo a caixa escolar ficou bloqueada. Por um longo período a escola ficou sem a merenda escolar, especialmente os alunos da zona rural sofriam, pois costumavam almoçar as 9:00hs para não perderem os ônibus, que naquela época faziam rotas de até 156 Km para chegarem na sede. Hoje, com a nucleação os alunos chegam a percorrer no máximo 15 km para chegarem em qualquer escola espalhadas pelo território da cidade.

Outro gargalo era a gestão de pessoas, criando aquele ambiente antiético, na qual se presenciava muitas discussões entre os funcionários da escola. Não existia carteira o suficiente para os alunos sentarem e muitos sentavam-se no chão, havia muitos equipamentos quebrados. Existia muitos horários vagos, documentos dos alunos sumiam, os professores não ministravam aula, e muitos funcionários faltavam sem justa causa e assim a escola caminhou por longos anos até o ano de 2007.

Diante dessa caótica realidade, a população resolveu manifestar indo a Superintendência de Ensino de Montes Claros a relatar sobre suas insatisfações mediante os rumos que a escola estava tomando. Nesta intempérie a escola, por diversas vezes, sofreu intervenções administrativas. Até que em julho do mesmo ano, houve nova eleição e a população depositou esperança de dias melhores na escola.

Neste mesmo ano a nova gestão foi empossada e realizou um brilhante trabalho na administração financeira. A direção conseguiu organizar a Caixa escolar e nunca mais houve negligencia em gerenciar o financeiro. Vale descrever que a partir deste momento não houve falta de merenda. Neste instante se instalava uma prática inclusiva, na qual pais, alunos, professores e

demais funcionários se envolviam em constantes diálogos e se via nascer uma gestão democrática dentro daquele contexto social. A direção conhecedora do peso de ter sido eleita pelo povo, procurou logo gerenciar o seu trabalho pautado nos anseios da comunidade local. Atuando com responsabilidade, eficácia e compromisso nos processos decisórios, sem deixar é claro de promover a participação nas tomadas de decisões. Tudo caminhou bem no 1º mandato. É o que comprova as leituras dos cadernos de formação de professores, (Caderno V, p,15. Formação de professores do ensino médio)

[...] a promoção da gestão democrática depende muito mais da disposição de todos que trabalham na escola para conversar sobre os problemas cotidianos vividos por ela. Tal disposição não resulta apenas de vontades pessoais nem, muito menos, de autorizações de órgãos superiores. Depende de um processo de construção, que é social. Portanto, depende da prática, implicando aprendizagens da parte de todos os envolvidos, além de trabalho que não se resume à realização de reuniões

Deste modo, quando todos perceberam que na prática, a nova gestão possibilitou uma organização pautada em princípios éticos, os problemas antes descritos esvaíram-se dos espaços escolares. O clima de respeito, de solidariedade, criou espaços para diálogos sinceros na qual possibilitou avanços na qualidade da administração e em consequência da educação. A dedicação total do tempo foi um fator aplaudido por todos, pois a direção estava ali, o tempo todo, acompanhando de perto todas as situações que demandavam a escola.

Quando houve a eleição para nova escolha da direção da escola, esta mesma chapa ganhou. Infelizmente, tudo que fora construído no 1º mandato ia se perdendo no 2º mandato. Hoje, deparamos com uma escola, em que a prática educativa não é mais emancipatória. De acordo com Wittmann (2000, P.94): “[...] é a prática educativa que se totaliza e tem repercussão social pela sua dimensão administrativa.”

Na prática podemos descrever que a Escola Estadual Professor Bicalho, se configura com elementos dos princípios democráticos, tais como o Colegiado escolar e o Conselho de Classe. O Colegiado, atual, se encontra no 2º ano de sua gestão, no entanto, os componentes reclamam que a direção só os convocam para deliberação das questões financeiras e estão ali só para

formalizar o que já fora decidido pela gestão. Tentaram resolver um problema de cunho pedagógico, pela primeira vez, no ano passado, quando deliberaram ações mediante uma turma com problemas de indisciplina, porém a SRE não permitiu tal procedimento. Os membros do colegiado se sentem impotente nas tomadas de decisões, pois percebem e entendem o discurso democrático, e, no entanto, verificam um distanciamento na prática.

Em relação ao Conselho de Classe, podemos descrever que somente agora, com a formação de professores mediante o pacto do ensino médio, é que os professores estão percebendo da força que tem este conselho na tomada de decisões em prol da vida escolar do aluno. O conselho se reúne a cada final de bimestre, ou quando for necessário, reunindo-se extraordinariamente, convocado pelo Setor Pedagógico ou pela direção da escola. Todas as decisões são registradas em atas e acompanhadas em fichas elaboradas pelo setor pedagógico.

O grêmio estudantil existiu no ano de 1960, conforme o que prescreve o documento Projeto Político Pedagógico (2012, p. 39) “O mesmo fora titulado como: Grêmio Artístico, literário e cultural Castro Alves.” Os alunos foram motivados pelo professor Ricardo Marcelino Martins, que ministra aula de geografia, no ano de 2009, a reabrirem o grêmio e no entanto, os alunos não apresentaram interesse e até a presente data de encontra desativado. Sabe-se conforme cartilha da SEE/MG (2004, p. 18) que:

[...] O Grêmio Estudantil pode constituir-se laboratório de ricas experiências socializadoras, promovendo e aglutinando, como representação estudantil, ações que expressem os anseios e interesses dos alunos, participando da construção de uma escola de qualidade. A escola tem muito a ganhar com a organização de um novo Grêmio que, valendo-se das lições da história, e integrado a uma Proposta Pedagógica, de cuja construção também participa, assegure o diálogo com o coletivo da escola, redimensionando as relações que no âmbito desta se processam, resgatando, ao mesmo tempo, a preocupação social do jovem e seu compromisso para com os interesses da maioria da população e para com os de sua própria categoria.

Sabemos da importância desta entidade na instituição, pois propiciam os alunos a organizar a sua vida na escola, buscando a defesa de seus interesses e da educação, ganhando maior poder de intervenção e maior integração de

todos os demais seguimentos. Entretanto, ao divulgar a importância do Grêmio na escola os alunos não apresentaram interesse conforme descrição retirada do Projeto Político pedagógico em linhas acima.

As reuniões de pais acontecem, conforme as necessidades da escola, turmas e ou aluno. Sempre quando ocorre qualquer situação que recai sobre os pais uma tomada de decisão, a escola, procura divulgar reunião em dias e horários que há ônibus circulando, da zona rural para a sede e horários que todos possam participar. Porém, com todo esse cuidado a participação dos pais na escola é mínima, em muitos casos, só comparecem os mesmos. Os pais, cujos filhos dão problemas na escola, em muitos casos, não comparecem e quando chegam a escola, já entram dizendo que não podem demorar na reunião e ou reclamando que a escola os chamou.

A escola tem dificuldades de organizar horários em que todos os professores possam participar de reuniões, pois quase todos, trabalham nos três turnos. Há uma crítica, entre estes profissionais mediante, a existência de 200 dias letivos, sem abertura para que haja reuniões permanentes para processar diálogos e tomadas de decisões mediante questões de ordem pedagógica. O planejamento de cunho interdisciplinar é difícil acontecer, pois não há horários para elaboração de projetos coletivos. Quando é possível a participação de todos, a escola os convocam para reunir nos sábados, daí o descontentamento. Com os horários de módulo II, percebemos uma grande insatisfação no trabalho. Os professores reclamam de uma sobrecarga importada pelo governo sem levar em consideração a sua realidade.

Infelizmente, estamos já no 2º mandato desta gestão, não mudou nenhum componente desta equipe, porém dados aos problemas pessoais à equipe se perdeu no caminho. Lamentavelmente, deparamos, hoje, com ausência da direção na escola, e em consequência disso é notório o descontrole no gerenciamento de todos os setores. Qualquer funcionário age conforme o que acha correto, não há momentos para diálogos e reuniões coletivas tomadas de decisões. A autonomia exacerbou demasiadamente sem que houvesse uma liderança para direcionar os caminhos o que proporcionou um descompasso na organização pedagógica e administrativa da escola. A autonomia não deve ser confundida com práticas irresponsáveis tomadas sem levar em consideração a coletividade e ainda sem considerar os princípios que regem aquela instituição.

Sobre a autonomia na escola (Caderno V, p,10. Formação de professores do ensino médio, p. 30) diz que:

Alguém ou de uma instituição de decidir por si mesma os rumos a seguir, seguindo seus princípios. Aplicado à escola, o conceito significa sua capacidade de autogerir-se relativamente os vários aspectos e dimensões que a constituem, o que inclui desde a concepção de educação que pretende tomar como orientação para educar seus alunos até decisões corriqueiras, relativas à compra e uso de materiais de limpeza, por exemplo, passando pela gestão financeira. Todavia, em um país como o Brasil, a possibilidade da autonomia escolar sofre várias restrições.

Não acreditamos que a escola tem, realmente, esta autonomia, pois em muitos casos se apresenta camuflada. Vejamos o caso do colegiado em tomar decisões mediante aos problemas de indisciplina, a SRE não lhe concedeu poderes para tomadas de decisões, simplesmente, devolveu registros hierárquicos que intimidou este órgão a tomar quaisquer medidas em prol a organização da escola. A autonomia existe para compra de material de qualquer espécie e a forma pela qual será gerenciado os valores financeiros. Não há autonomia para decisões coletivas em relação às situações administrativas. O único setor que ainda consegue se valer de autonomia, conforme descreve as teorias é o setor pedagógico, que compartilha com seus pares qualquer problema que surge e juntos tomam decisões pertinentes ao bom andamento dos processos escolares.

Outro fator que possibilita a inércia da atuação da gestão e a falta de participação da comunidade local nas tomadas de decisões da escola. Nunca houve participação maciça dos segmentos em reuniões para discussões e enfrentamentos dos problemas. São poucos os pais que participam e ou contribuem para que a escola caminhe na tentativa de ser uma escola de qualidade.

Acreditamos que o gestor precisa acompanhar todos os processos administrativos, pedagógicos e financeiros da escola, dando abertura para diálogos e decisões na coletividade. Apesar da direção se ausentar das suas atribuições, o setor pedagógico tenta amenizar os problemas contando com apoio dos funcionários, que em muitos casos deixam a desejar, mas cobram maior compromisso do corpo administrativo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer a evolução da educação e entender as lutas por uma democratização no seio educacional, as escolas jamais podem negligenciar as conquistas e se furtar de estar sempre revendo princípios estanques distante dos processos democráticos tão discutidos nos pais. A gestão democrática não se faz apenas por meio da legislação é necessária atuação na prática e o que o evidencia é a pedagogia do diálogo, assim como descreve as orientações contidas (BRASIL/MEC/SEB,2004, p.26)

[...] “quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo liberdade de expressão, a vivencia democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos”

Indubitavelmente, a eleição da escolha de diretor foi um avanço, porém esta por si só não garante processos democráticos é preciso haver na prática ruptura com processos tradicionais que não permitem avanços na educação. Muitos avanços foram conquistados, democraticamente, como por exemplo, o Projeto Político Pedagógico, o Grêmios estudantil, os Conselhos Escolares, e o Colegiado. Porém, é preciso permear os, tomadas de decisões sérias e compromissadas com as reais necessidades da escola.

Quando o diretor distancia das suas reais atribuições, a gestão se torna aquém de ter princípios de convivência democrática. Se a atuação da gestão não arrebanhar a comunidade escolar para discutir, e assim deliberar coletivamente questões importantes para o funcionamento da escola, os processos de construção não acontece. Wittmann (2010), descreve que a evolução das relações humanas na sociedade se deu, primeiramente, mediante a força, em seguida pela riqueza e por último o conhecimento.

A ampliação da democratização requer conhecimentos em torno de todos os princípios históricos políticos construídos ao longo dos tempos envolvendo a educação. O gestor só é capaz de coordenar, se tiver conhecimento dos avanços teóricos e práticos em torno da administração. E assim apresentar esperança mediante a construção de uma escola de

qualidade, de acordo com os anseios da comunidade local. É preciso ter vontade própria e tempo para acompanhar todas as questões de ordem administrativa, pedagógica e financeira da escola. E nunca tomar decisões sem ter a participação de todos. É necessário delegar funções, sem apresentar autoritarismo. Ouvir seus pares num clima de cooperação mútua de aprendizados coletivos.

WITTMAN (2010), reforça dizendo “O conhecimento como processo e (ré)construção é emancipador e exige ampliação da autonomia-cidadania das pessoas.” É nesse sentido a escola assume caráter de princípios democráticos.

Portanto, destacamos que é preciso repensar as práticas e tornar possível uma democracia aberta ao diálogo contínuo de comum acordo entre os segmentos. Está presente todos os dias na instituição proporcionará maior respeito e prestígio por parte da comunidade escolar. É necessário cuidar, gerir com profissionalismo, todas as questões da escola. É preciso ainda possibilitar a flexibilização nas ações e ainda direcionar com princípios éticos os objetivos propostos para alcançar as metas estabelecidas.

A comunidade escolar acredita que a realidade da escola só é possível mudar, mediante conscientização da gestão atual a apresentar maior compromisso com a escola. Se acaso o diálogo não conseguir fazer com que a equipe se torne atuante democraticamente, não há outra esperança a não ser mudança na equipe de gestores por meio dos processos eleitorais a ser divulgado pelo estado de Minas Gerais.

Admitimos que não temos condições de caminhar sozinhos, sem que haja o diálogo permanente entre todos os envolvidos no processo de ensino – aprendizagem. Muitas situações ficam sem resoluções, pois depende da decisão final da gestão. Entretanto, com tantos problemas, há aqueles, poucos que dão a sua contribuição para que a escola não fique a margem das mazelas administrativas e assim, não disseminam o fracasso na comunidade local, pois acreditam em dias melhores. A comunidade anseia por uma nova eleição, na qual possam depositar esperanças para que a escola tenha novos rumos à conquista de sua qualidade educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, J. V. (2001). **Gestão em lazer e turismo**. Belo horizonte: autêntica.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I – caderno V: organização e gestão democrática da escola/Ministério da Educação, Secretaria de educação básica** - Curitiba: UFPR/Setor de Educação,2013.

BRASIL, Secretaria do Estado de Educação/MG. Cartilha Grêmio Estudantil. Minas Gerais, 2004.

BRASIL/MEC/SEB. **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília, DF: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**, novembro de 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil.
www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145Cury, A gestão democrática na escola e o direito à educação. RBP AE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007. Acessado em 23 de janeiro de 2015.

Escola Estadual Professor Bicalho. **Projeto Político Pedagógico 2012**. Grão Mogol, MG.

http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/104/moddata/data/5045/6152/32000/A_autonomia_da_escola_e_democratizacao_de_sua_gestao_Lauro_Carlos_Witmann.pdf. Acesso em 06 de janeiro de 2015.

Rocha, Maria Nilda de Cerqueira. **Histórico da Gestão Democrática**. Aracajú/SE, 2010. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/historico-da-gestao-democratica>>. Acesso em 06 janeiro de 2015.

Silva, Josias Benevides da (2007). **Um olhar histórico sobre a gestão escolar**. Bahia, Brasil. Educação em Revista, Marília,2007, v.8, n.1, p.21-34.

ANEXOS



**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
JOAQUIM TEIXEIRA DE BRITO: UMA VISÃO HUMANIZADORA
DA EDUCAÇÃO**

**MARIA JOSÉ NOGUEIRA SILVA
NEURISVÂNIA FREITAS FAGUNDES
SILVÂNIA FREITAS CAMPOS
SUELY DE OLIVEIRA DIAS**

BELO HORIZONTE, 2014

**UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA E. E. JOAQUIM
TEIXEIRA DE BRITO: UMA VISÃO HUMANIZADORA DA
EDUCAÇÃO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariângela Rodrigues Lima Machado do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	03
2. FINALIDADES DA ESCOLA	04
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	06
3.1 Estrutura Organizacional Administrativa	06
3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	08
4. CURRÍCULO	10
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	11
6. PROCESSOS DE DECISÃO	18
7.RELAÇÕES DE TRABALHO	20
8.AVALIAÇÃO	25
9.CONSIDERAÇÕESFINAIS	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito está localizada na rua Clemente Antunes de Almeida, nº 664, Distrito do Barreiro Branco, Catuti–MG, telefone (38) 9866-6545. Estadualizada em 1994 pelo parecer nº 164/04, publicado no Diário Oficial de MG de 10/03/1994 ofertando os anos iniciais do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, curso normal de nível médio, curso técnico de informática. A escola foi construída em uma área de 5.000m² com 12 salas de aula, laboratórios, supervisão, biblioteca, direção, secretaria, sala de recurso, sala de vídeo, pátio coberto, quadra poliesportiva, conta com diversos equipamentos: 02 aparelhos de televisão, 03 data show, 36 computadores para uso dos alunos, 04 notebooks e 03 computadores para uso administrativo e pedagógico, 09 impressoras/ copiadoras, 01 lousa interativa, brinquedos e materiais pedagógicos diversos, tablets para uso dos professores de ensino médio.

A escola conta com uma matrícula efetiva de 380 (trezentos e oitenta) alunos distribuídos nos três turnos. Esta Unidade de Ensino recebe alunos de várias comunidades circundantes que são oriundos em sua maioria de escolas municipais, com nível socioeconômico baixo, tem dificuldades na aprendizagem, são provenientes de famílias pobres que vivem com menos de R\$ 100,00 (cem) reais por mês. Mesmo assim, o educandário já citado se tornou um marco de desenvolvimento intelectual na região, uma vez que levou a cultura, lazer e conhecimentos a esta população. Por ser a única na região, a escola tem ampliado seu atendimento em todos os níveis de ensino oferecendo a seus alunos a oportunidade de formação. Atualmente esta instituição conta com 05 turmas de Ensino Fundamental (anos iniciais), 05 turmas do Ensino Fundamental (anos finais), 02 turmas da EJA – Ensino Fundamental (Educação de Jovens e Adultos), 03 turmas do Ensino Médio, 01 turma de Normal Médio - Professor de Educação Infantil e 01 turma de PRONATEC totalizando 16 turmas funcionando em três turnos. Também atende 03 turmas de Tempo Integral. A escola conta com 01 diretora, 02 vice-diretores, 01 secretário, 03 auxiliares técnicos administrativos, 09 auxiliares da educação básica, 01 professora de sala de recurso, 01 professor coordenador, 01 professor eventual e 36 professores, todos habilitados.

A proposta pedagógica da escola foi elaborada com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, analisado e reelaborado anualmente, a escola conta com a boa aceitação e apoio da comunidade em suas atividades.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Vivemos um momento de mudanças generalizadas em virtude dos avanços tecnológicos dos sistemas eletrônicos de comunicação e informação. E acompanhando estes avanços a educação também tem se avançado na tentativa de reajustar os seus currículos para atender a era globalizada do século XXI.

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, seguindo a esse novo paradigma dá condições para que os nossos alunos sejam sujeitos capazes de atuar como agentes de transformação da realidade, contribuindo na realização de sonhos e na construção da cidadania. Portanto, uma concepção humanizadora, referindo por completo, a formação do sujeito. É dever da escola garantir o conhecimento através de atos reflexivos, em grupo, problematizando a realidade e buscando soluções que darão significado ao saber adquirido.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, Parecer CEB 04/98 são princípios importantes para a formação dos discentes, a saber: os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres, do exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Queremos que os nossos discentes compreendam sobre uma concepção de homem livre, comprometido com a construção do seu conhecimento de forma prazerosa, atuante e consciente do seu papel na sociedade. Como afirmam Dourado, Oliveira e Santos (2010, p 3):

O exame da realidade educacional, sobretudo em vários países da Cúpula das Américas, com seus diferentes atores individuais e institucionais, evidencia que são diversos os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania.

Buscamos nesses autores a confirmação de que com o avanço da globalização cada país reinventa um princípio que irá reger o processo de ensino aprendizagem conforme seu contexto histórico e cultural.

É necessário que hoje as escolas busquem variedades de veículos de informações e importem para as salas de aula nas diversas áreas do conhecimento, pois sabemos que o conhecimento tecnológico deve ser uma premissa importante a ser discutida e incrementada no currículo uma vez que no meio social existe um emaranhado de variedades de veículos de comunicação o que importa, por certo, é saber acessá-las e utilizá-las de acordos com as exigências da sociedade.

Nesse entendimento e insistindo ao que já escrevemos nas primeiras linhas a escola define sua missão como aquela que possa garantir um ensino de qualidade, onde os alunos sejam capazes de atuar como agentes de transformação da realidade, contribuindo na realização de sonhos e na construção da cidadania.

Verifica-se que os valores filosóficos, sociais, políticos, culturais e pedagógicos são apresentados nos princípios que a escola idealizou como sendo importantes para o desenvolvimento da pessoa humana, dentre os quais podemos descrever: é dever da escola garantir o conhecimento através de atos reflexivos, em grupo, problematizando a realidade e buscando soluções que darão significado ao saber adquirido, além de ofertar um ensino de qualidade, proporcionando oportunidade de condições para que os educandos desenvolvam competências e habilidades para resolver problemas, tomar decisões e, ainda, para que se tornem cidadãos críticos, criativos, responsáveis e conscientes de seu papel na sociedade.

Os marcos anuais desenvolvidos pela escola, propõem uma escola libertadora, inovadora para além dos programas estabelecidos. São vários os métodos que são abraçados na escola. Não idealizamos apenas um método, pois todos são válidos em alguns momentos para serem alavancados e disseminados. Como a pedagogia renovada, que em muitos momentos idealizamos cujo lema é “aprender a aprender” e “aprender fazendo”. Do ponto de vista da concepção dos filósofos-mentores da Escola Nova, o propósito é chamar a atenção para a nova modalidade de aprendizagem e a mudança metodológica na construção do conhecimento, reconhecendo a autonomia e liberdade de expressão e pensamento da criança no seu diálogo com o conhecimento, valorizando a criatividade e a socialização, sem perder de vista o ideário educacional embutido na organização das atividades metodológicas.

Sendo assim as referências multidisciplinares em relação aos métodos são reescritas na escola de acordo com as vivências que encontramos. O que não pode acontecer é ofuscar as várias contribuições dos métodos de ensino que nos deu grandes educadores. Pensamos que todas são imprescindíveis para que o educador reorganize seus planejamentos abarcando a importância destas contribuições para a esfera educacional.

Vale descrever que é a educação o preceito fundamental para a construção da cidadania. É o que reforça o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Logo, como vemos, todas as finalidades educacionais estão previstas em marcos legais que fortalecem a construção da cidadania com certa flexibilidade no currículo, com uma idealização de qualificação para o mundo do trabalho tal qual apresenta o ideário dos autores da comunidade escola da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito está organizada pedagogicamente de acordo com a legislação de ensino atual e orientado pela Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais de forma que os professores devem promover, cumprir com eficiência o processo de desenvolvimento do educando, colaborando com o processo de desenvolvimento do local; tornando a educação escolar flexível e prazerosa na construção de conhecimentos.

3.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Apresentamos a seguir dados importantes da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito:

Tipologia: PO45BC2

Código: 239194

Endereço: Clemente Antunes de Almeida, 664.

E mail: escola.239194@educacao.mg.gov.br

Caixa Escolar: Cristiano Barbosa de Souza

CNPJ: 00.427.205/0001-39

Telefone: (38) 9866-6545

Diretor: Neurisvânia Freitas Fagundes

Vice-diretores: Neli Marlene, Eujácio Vieira Ramos.

Modalidade de Ensino: Ensino Fundamental e Médio

Turnos de funcionamento da escola: Matutino, Vespertino e Noturno.

A escola atende 380 alunos distribuídos nos três turnos desde os anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, PRONATEC, EJA, curso normal de nível médio.

O prédio antigo foi construído em 1981, foram 17 anos funcionando uma Unidade de Ensino praticamente inservível em sua parte física, que precisava urgentemente de reformas, pois dificultava a sua administração e muitas vezes partes dos recursos financeiros eram destinadas a troca de lâmpadas, fechaduras e demais equipamentos que eram prejudicados pelo deficiente sistema elétrico, alvenaria e cobertura. Esses recursos financeiros foram e continuam sendo destinados à escola através de assinaturas de termos de compromissos com o Estado de Minas Gerais e União. As verbas são provenientes do FNDE, QESE e Merenda Escolar, além de verbas específicas. Os recursos são destinados à compra de equipamentos, manutenção e custeio e alimentação dos alunos.

Por todas essas dificuldades é que a Secretaria Estadual de Educação no final de 2011 autorizou a construção do novo prédio, para só então no próximo ano de 2012, finalizar a obra, para no início de 2013, funcionar as novas instalações. E agora com grande estrutura física, a Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, funciona dentro de um espaço amplo com 12 (doze) salas de aula, 02 (dois) laboratórios, 01 (uma) Central de Línguas, 01 (uma) brinquedoteca, 02 (dois) Laboratórios de Biologia e Química, 01 (uma) sala de Direção, 01 (uma) sala de Vice - direção, 01 (uma) sala de supervisão, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) sala de secretaria, 01 (uma) cantina, 01 (uma) quadra coberta, 01 (um) vestiário com 04 (quatro) sanitários, 02 (dois) banheiros PNE (Portador de Necessidades Especiais), 02 (dois) banheiros femininos e 02 (dois) masculinos.

Podemos afirmar que o corpo administrativo da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito é composto de profissionais altamente qualificados e experientes, com grande vivência e conhecimentos atuais e abrangentes na área de educação.

Baseadas neste sólido alicerce, as atividades de planejamento, direção, coordenação são realizadas com dedicação, eficiência e espírito inovador, visando sempre oferecer a todos os usuários da escola o melhor em qualidade de serviços, com rapidez, segurança e transparência.

Enfim, podemos dizer que Direção é o órgão executivo responsável pela administração dos serviços escolares no sentido de atingir os objetivos educacionais propostos. O Diretor é o representante legal e responsável pela coordenação do funcionamento geral do Estabelecimento de Ensino.

3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

As Escolas da Rede Estadual de Ensino adotarão, como norteadores de suas ações pedagógicas, o que está estabelecido na Resolução SEE/MG nº 2197 baseando-se nos princípios, éticos, políticos e estéticos.

Com referência ao corpo docente, todos os professores contam com formação acadêmica de licenciatura plena específica. Além de sua formação, os professores sempre estão adquirindo conhecimentos através de programas de formação continuada oferecidos pela SEE-MG e outros órgão estatais e privados.

Os professores são comprometidos com o que fazem e sempre estão levantando questionamentos em relação ao ensino/ aprendizagem e organização da documentação dos alunos e servidores desta Unidade de Ensino. No que se refere aos ajudantes de serviços gerais, destacamos que possuem o ensino médio.

A interação Escola/ Órgãos Centrais como MEC, SEE-MG e SRE se dá através de Legislação Específica, porém é uma relação de trocas, tanto de experiências como de resultados, os órgãos citados sempre estão presentes nesta Unidade de Ensino representados por inspetores, serviço pedagógico dentre outros. A Escola também se faz presente dentro destes órgãos através da direção e serviço pedagógico além do corpo discente e docente.

Atualmente a Escola conta com 05 turmas de Ensino Fundamental (anos iniciais), 05 turmas do Ensino Fundamental (anos finais), 02 turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), 03 turmas do Ensino Médio, 01 turma de Normal Médio - Professor de Educação Infantil e 02 turmas de PRONATEC totalizando 16 turmas funcionando em três turnos, matutino (07:00 às 11:30), vespertino (13:00 às 17:30) e noturno (18:30 às 23:00). Também atende 05 turmas de Tempo Integral.

Considerando a necessidade de repensar o fazer pedagógico escolar e de elaborar um PPP objetivo apontando as finalidades e tarefa educativa, numa sociedade democrática e em constantes mudanças e seu compromisso em executá-las tais propostas foram repensadas, para nortear ainda mais o trabalho do corpo docente e pedagógico no sentido de proporcionar uma educação de qualidade que corresponda à concepção atual de educação e que tenha como objetivo o cidadão que pretende formar.

Todos os marcos descritos como eventos na escola são trabalhados em forma de projetos, onde traçamos coletivamente as metas a serem alcançadas em cada tema gerador trabalhado. Não somente os eventos fora da sala de aula como os que acontecem na própria sala de aula. Consideramos que o projeto deve ser trabalho dando vida ao conteúdo tornando a escola mais atraente. Como dissemos anteriormente, os marcos anuais, ou seja, os eventos realizados, tais como: carnaval, festa das mães, festa junina, cavalgada, festival de ciclismo, comemoração ao dia do estudante, dia dos pais, consciência negra (a maioria dos alunos são de etnia negroide), propiciam uma relação de carinho e afeto para com a comunidade.

Realizamos diversos projetos que visam o desenvolvimento das habilidades básicas e avançadas do corpo discente. Podemos citar o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) e demais projetos de reforço escolar, projetos de literatura, projetos de aula de informática. Sempre se leva em conta a preocupação com a formação de valores voltados para a dignidade humana.

O mais importante no trabalho com projetos não é a origem do tema, mas o tratamento dispensado a ele, pois é preciso saber estimular o trabalho a fim de que se torne interesse do grupo e não de alguns alunos ou do professor, só assim o estudo envolverá a todos de maneira ativa e participativa nas diferentes etapas.

Por fim, destacamos que a Coordenação Pedagógica é responsável pelo cumprimento da política do Estabelecimento de Ensino com a finalidade de assegurar a qualidade do ensino. O Coordenador assessora pedagogicamente o Diretor, auxiliando e monitorando o trabalho docente, condenando o conselho escolar, as reuniões pedagógicas e de planejamento que acontecem semanalmente na escola. O planejamento é tratado com muita importância por todos os envolvidos no processo pedagógico.

4. CURRÍCULO

Entendemos que o currículo é a orientação do que deve ser seguido e trabalhado na instituição escolar, e que é um importante elemento construtivo na instituição, pois se refere à organização do conhecimento. O currículo é o plano da escola que vem pré-estabelecido pela SEE tendo as disciplinas distribuídas na sua carga horária. São elementos complementares os Conteúdos Básicos Comuns (CBC) e outros que contemplem a necessidade do aluno.

Anualmente é feita a seleção dos conteúdos pelos professores de cada disciplina, por série/ano de escolaridade contemplando as capacidades, habilidades e metodologias relacionadas com os mesmos, relacionando-os aos livros didáticos e paradidáticos.

Conforme o Título III da Resolução SEE nº 2197 de 26 de outubro de 2012 nos Artigos 56 e 57, temos que:

§ 1º: Na implementação do currículo, evidencia-se a contextualização e a interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade.

§ 2º: A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental e Ensino Médio, expressão formal da concepção do currículo da escola, decorrente de seu Projeto Político Pedagógico, contém a Base Nacional Comum, definida nas diretrizes curriculares, e uma Parte Complementar Diversificada, definida a partir das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A escola deve seguir o currículo preestabelecido, mas possui autonomia para adequá-lo a sua realidade, inserindo em seu contexto, realizando um trabalho multidisciplinar, assim os conteúdos se tornaram atrativos atendendo os anseios dos alunos e comunidade.

Discorda-se da reflexão feita pela autora Alice Cassimiro Lopes em “Discursos nas Políticas de Currículo”, pois a escola em questão entende e adéqua o currículo proposto, preocupando-se em educar o aluno em seu contexto histórico cultural atrelando o conhecimento ao mesmo. As avaliações externas oferecem às instituições a oportunidade de aprender com seus erros e incentivar a comunidade a repensar e atuar na melhoria de seus resultados e conseqüentemente na oferta de seu currículo.

A escola observa o que é proposto, mas realiza adequações objetivando a melhoria do processo ensino aprendizagem que somente acontece com a satisfação de todos os envolvidos no processo.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A cada fase da vida o aluno aprende de acordo com a sua fase: infância, adolescência... A escola deve sempre valorizar as atividades realizadas extraclasse para que haja a consolidação da aprendizagem. A escola organiza seu tempo e considera a realidade social, familiar e cultural dos alunos. Por isso, o Calendário Escolar elaborado pela Escola, encontra-se de acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, tendo a aprovação da Inspeção Escolar. Confirmamos que existe o cumprimento das atividades nele previstas dentro de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. São considerados dias letivos todas as vezes que se reúnem alunos e professores para realização de atividades pedagógicas e dias escolares todas as vezes que são realizadas reuniões administrativas e pedagógicas.

Há necessidade contínua dos professores de preparação pedagógica, com objetivo de adotar métodos de ensinamentos atualizados, com utilização de técnicas diversificadas, não se limitando apenas no repasse de conhecimento. Dessa forma, o planejamento pedagógico é realizado pelo especialista semanalmente no atendimento individual de cada professor e, em grupo mensalmente, com estudos e capacitações. É proposta deste educandário incentivar o resgate da autoestima dos profissionais da educação, ampliando cada vez mais a sua participação em processos de Capacitação, ou seja, processos permanentes de construção do conhecimento, através de cursos oferecidos pela SEE, e buscando parceiras com o Instituto Superior de Educação Verde Norte e outras instituições ligadas ao nosso Sistema de Ensino.

A escola também proporciona o módulo II como troca de experiências, acompanhamento pedagógico para o professor em tempo agendado, além de reuniões e capacitações que são realizadas sempre que necessário, abordando

temas como: inovação da prática pedagógica, redimensionando a construção do conhecimento. Todas com o principal objetivo: aprimorar pessoal e profissionalmente cada funcionário.

A escola oferece as seguintes modalidades de ensino:

O Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais sendo ciclo da alfabetização, complementar e intermediário e de consolidação. Sendo oferecidos no matutino os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º).

Ensino Médio

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos (1º, 2º e 3º ano) sendo ofertados no vespertino e noturno.

Conforme Resolução SEE nº 2197/2012 os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Médio que integram as áreas de conhecimento são os referentes à: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas.

Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos – EJA atende alunos acima de 15 anos que concluíram o ensino fundamental anos finais em regime presencial no turno noturno.

A Educação de Tempo Integral

A Educação Escola em Tempo Integral – PROETI objetiva a ampliação do tempo escolar dos alunos, maiores oportunidades para a intervenção pedagógica e formação social e cultural dos mesmos.

A jornada escolar ampliada tem a duração mínima de 03 (três) horas diárias durante todo o ano letivo e visa complementar a formação além da Escola, com a participação da família e da comunidade. As atividades da jornada ampliada são

desenvolvidas dentro do espaço escolar, conforme a disponibilidade da Escola, ou fora dele, em espaços distintos da cidade ou do entorno em que está situada a unidade escolar, mediante as parcerias estabelecidas.

A escola desenvolve o Projeto Estratégico Educação Escola em Tempo Integral, autorizado pela SRE de Janaúba em Abril de 2009, com o funcionamento de 05 turmas no turno vespertino atendendo alunos do 1º ao 5º ano e 01 turma também no turno vespertino atendendo alunos do 6º ao 9º ano, funcionando até o término do ano letivo, cujos objetivos são: levar qualidade do ensino ao aluno, promover o adiantamento daqueles com defasagem e atender as suas necessidades educacionais e sociais por meio da extensão do tempo de permanência do aluno na escola. Os educandos desenvolvem atividades de linguagem e matemática, artísticas e esportivas- motoras, além de formação social, todas elas voltadas para o aprendizado.

Curso Técnico de Informática – PRONATEC

A Bolsa Formação do PRONATEC funciona na forma concomitante atendendo alunos matriculados no ensino médio com o intuito de oferecer formação profissional e tecnológica. A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio leva em consideração a demanda a ser atendida, suas necessidades e a inserção no mercado de trabalho.

A avaliação se dá a partir das atividades desenvolvidas, sendo 60 % (sessenta por cento) para avaliações e testes e 40 % (quarenta por cento) para trabalhos e pesquisas, cujo objetivo é a verificação da aprendizagem bem como do trabalho realizado.

Curso Normal - Professores da Educação Infantil

O Curso Normal Professor da Educação Infantil é organizado em regime semestral de 100 dias letivos, 20 de semanas letivas, 20 módulos aula de 50 minutos. O curso terá a duração de 1 ano e 1 semestre. A prática de formação inclui observação, participação e iniciação profissional com carga horária de 500 horas e intervenção no processo de aprendizagem com 300 horas, perfazendo um total de

800 horas. São destinadas estratégias que possibilitam a compreensão de diferentes situações de vivência, aprendizagem e experiências através de:

- Utilizar recursos audiovisuais tecnológicos;
- Realizar atividades individuais e/ou em grupo;
- Realizar aulas expositivas dialogadas explorativas e explicativas;
- Realizar atividades de reforço quando forem detectadas dificuldades de assimilação do conteúdo;
- Propor atividades em folhas xerocopiadas;
- Propor e realizar atividades de leitura de palavras, frases e textos;
- Realizar trabalhos individuais e/ ou em grupos;
- Revisão dos conteúdos estudados sempre que forem detectadas dificuldades de assimilação dos conteúdos;
- Dar assistência individual nas carteiras dos alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem;
- Fazer recuperação paralela dos alunos que não alcançaram os objetivos propostos;
- Desenvolver debates com os alunos sobre conteúdo estudado;
- Realizar correção das atividades e testes para análise dos erros cometidos pelos alunos;
- Fazer pesquisas em dicionários, internet e outros meios para expandir o conhecimento.

A avaliação do desempenho do aluno acontecerá de forma contínua levando sempre em consideração os aspectos qualitativos da aprendizagem. Os instrumentos e situações de avaliação adotadas pela Escola podem ser os mais variados: escritos, orais, trabalhos, pesquisas individuais, em dupla, em grupo. Cabe ao professor observar, interpretar, investigar e buscar acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar seus progressos, ou seja, a comparação entre os objetivos propostos e as aprendizagens alcançadas ao final do período letivo. A avaliação será expressa em pontos cumulativos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), por conteúdos curriculares, distribuídos pelo Conselho de Classe em cada disciplina.

Acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do aluno

O Professor realizará a avaliação por meio de: observação sistemática, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de

classe, ficha de acompanhamento, autoavaliação; pesquisas; relatório; prova operatória; debates; análise de produções, trabalhos, avaliações e outros. Nesse sentido compreendemos que todas as atividades e tarefas escolares são instrumentos de avaliação. Os trabalhos em grupo, em equipes, em duplas, os testes e provas individuais ou em duplas, os deveres de casa, criação de jornais, produção de texto, relatos gráficos, relatórios, eventos culturais a observância do desempenho dos alunos, o desenvolvimento do espírito crítico, do respeito. A observação do desenvolvimento do uso da leitura e escrita como instrumento de comunicação social, o uso e elaboração do raciocínio lógico, matemático.

A escola ainda deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo.

Os estudos de recuperação se destinam ao aluno que apresenta dificuldades e tem como objetivo corrigir deficiências na aprendizagem dos conteúdos ministrados e será paralela, ou seja, deve acontecer no momento em que a deficiência se apresentar. Esses estudos constituem oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria do seu aproveitamento. No momento em que diagnosticar a deficiência do aluno, cabe à escola e principalmente ao professor, ministrar atividades planejadas para cada conteúdo a ser recuperado. As atividades destinadas à recuperação serão planejadas, acompanhadas e avaliadas pelo corpo docente e especialista da escola, devendo também envolver a direção e outros.

Destaca-se que para a recuperação dos alunos com dificuldades de aprendizagem deverão ser utilizadas as seguintes estratégias:

- Atendimento em outro horário ou no mesmo horário, com o professor recuperador quando possível;
- Reprogramação dos processos e métodos de ensino para representação do conteúdo não vencido;
- Grupos diversificados de trabalhos, em sala de aula, onde uns ajudam os outros;
- Utilização de monitoria em sala de aula, aproveitando os alunos de melhor desempenho;
- Atividades diversificadas, atraentes, criativas que instiguem o aluno a pensar.

O trabalho da recuperação paralela deverá ser planejado pelos professores em conjunto com o Serviço Pedagógico e Direção da Escola, devendo ser acompanhados e avaliados os seus resultados para fins de replanejamento, se necessário. São organizadas variadas estratégias de recuperação da aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, são elas: progressão continuada e progressão parcial. As formas de recuperação conforme definidas na Resolução SEE 2197/2012 são oferecidas através de estudos contínuos de recuperação, estudos periódicos de recuperação, estudos independentes de recuperação. Considera-se como aproveitamento de estudo o sistema de pontos, no qual o aluno poderá conseguir, durante o ano letivo, 100 (cem) pontos, que serão distribuídos por bimestres, sendo 50 % (Cinquenta por cento) para trabalhos, 40% (quarenta por cento) para avaliações e 10 % (dez por cento) para o processo de formação do aluno (Atitudes e Valores éticos, Compromisso e Assiduidade, Criatividade e Criticidade) da seguinte forma:

1° Bimestre – 20 pontos – média 12 pontos

2° Bimestre – 30 pontos – média 18 pontos

3° Bimestre – 20 pontos – média 12 pontos

4° Bimestre – 30 pontos – média 18 pontos;

Para alcançar a aprovação, o aluno precisa obter 60% (quantidade mínima) da nota anual. O Boletim Escolar fornece informações sobre o desenvolvimento do aluno, possibilitando aos pais e ao próprio aluno refletir sobre as evoluções da aprendizagem, identificar as dificuldades e propor alternativas para assegurar o sucesso escolar. A Ficha de Transferência acompanha o aluno em caso de transferência durante e ao final do ano de escolaridade do ciclo, contendo de forma sucinta, os registros extraídos da Ficha de Acompanhamento do aluno relativos à frequência, os conteúdos curriculares ministrados, seu processo de formação, os indicadores de progresso do aluno e ainda recomenda.

Para este educandário, os resultados são importantes porque apontam em que aspectos a ação docente deve ser modificada ou adaptada de forma a atender às necessidades de desenvolvimento da turma. As modificações e/ou adaptações podem incluir uma orientação dos conteúdos, a criação de novas atitudes, uma nova programação de exercícios, a construção de novas relações professor/aluno e aluno/professor, a busca de maior interação entre escola e família.

Os resultados das avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação) são destinados aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio e tem por objetivo diagnosticar e oferecer informações relevantes ao estado para orientar a formulação de políticas públicas, bem como oferecer a escola subsídios para redirecionar seu projeto pedagógico, visando torná-la mais eficaz. Ressaltamos que esse também é o objetivo da Avaliação Censitária, destinada aos alunos do 3º ano do ciclo inicial da alfabetização, cujo resultado demonstrou que existe diferença de aprendizagem em algumas regiões de Minas. Fazendo-se necessário adotar medidas de caráter extraordinário que virão sanar o foco da dificuldade detectada através do Plano de Intervenção Pedagógica que tem como finalidade analisar os resultados das avaliações externas, verificando os alunos de baixo desempenho e desenvolver metas para o melhoramento da leitura, escrita e interpretação.

Outro resultado obtido que vem auxiliando muito o trabalho de redirecionamento do ensino e da aprendizagem são as Olimpíadas Mineira e Nacional, desempenhando um papel fundamental, no estímulo a participação e competição entre alunos etapa por etapa.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

O diretor busca desenvolver uma gestão de escola democrática, compartilhando decisões e informações, preocupando-se com a qualidade da educação e com a relação custo benefício, buscando a transparência (capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros). É importante apontar que o diretor deve descentralizar o poder, incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões e desenvolver um clima de confiança entre os vários segmentos da comunidade escolar.

No estado, como todos sabem, há o processo de eleição que ocorre de 4 em 4 anos, mas o estado não cumpre os prazos em virtudes de algumas situações, das quais não sabemos responder das mudanças dos tempos destinados ao período de gestão nas escolas. Destacamos que o processo de escolha dos profissionais que atuam nesta escola segue a legislação em vigor para Organização do Quadro Pessoal das Escolas e Designação para o exercício de Função Pública da Rede Estadual que acontece por meio de votos de todos os segmentos que compõem a

comunidade escolar, de forma democrática, ética e transparente, promovendo a cidadania em todo âmbito escolar.

A gestão democrática e participativa na escola é importante para que existam espaços onde os diversos segmentos possam atuar. São vários instrumentos na construção desses espaços, a saber:

Conselho escolar/colegiado: Tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, sendo mais um espaço no interior da escola que permite as pessoas o exercício da cidadania. Composto por representantes de todos os segmentos da escola, titulares e suplentes com eleições a cada dois anos, com funções consultivas e deliberativas e age em sintonia com os setores administrativo, financeiro e pedagógico.

Conselho de Classe: Órgão de natureza consultiva e deliberativa com representantes de todos os segmentos da escola cuja responsabilidade é analisar ações educacionais voltadas ao ensino/aprendizagem, além de ser um espaço de reflexão pedagógica e de busca por alternativas para as dificuldades de aprendizagem. O conselho de classe presente na organização desta escola tem como função primordial analisar e acompanhar o desenvolvimento do aluno em todo o processo ensino aprendizagem e, conseqüentemente, a prática docente. É a oportunidade de discutir, a luz dos objetivos propostos, as dificuldades enfrentadas, a parcela de responsabilidade de cada um em todo o processo e principalmente estratégias que serão adotadas para que todo o conjunto alcance seus objetivos.

Conselho Tutelar: O presente órgão tem como atribuição zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sendo o principal instrumento de participação comunitária na aplicação das medidas judiciais e na fiscalização da ação concreta nesse campo. No Distrito em que está situada a escola, o Conselho Tutelar não está presente diariamente, pelo fato de ter sua sede situada na Cidade de Catuti, a vinte e dois quilômetros de distância, dificultando assim, a sua melhor e mais rápida atuação. Enfrentando dessa forma, certa demora no atendimento dos casos a ele direcionados. Mas, a escola mantém um estreito relacionamento com o Conselho Tutelar da região e busca ajuda sempre que necessário através da comunicação e socialização da transparência de suas ações. Todavia, é necessário ressaltar que só o fato da criação desse órgão já é muito importante porque se tem um forte aliado na busca da garantia do direito à educação.

Líder de Classe: Cada turma escolhe o seu líder num processo democrático de decisão mediado pelo especialista. O líder é o aluno que irá representar a turma nos conselhos de classe durante o ano letivo.

Professor Coordenador: Escolhido no início do ano, através de eleição em sala de aula, auxiliado pelo especialista esse professor será o mediador e orientador da turma nos eventos e atividades escolares, etc.

Avaliar faz parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar oferecendo subsídios para as ações da escola, por isso a escola realiza avaliação de desempenho de seus servidores conforme exigências da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Existe uma comissão formada por servidores indicados pelos seus pares que anualmente se reúne para realização do processo de avaliação, existe também o acompanhamento das ações realizadas semestralmente. A escola realiza duas vezes ao ano a avaliação institucional onde são avaliados os processos pedagógicos, administrativos e financeiros, a equipe diretiva e o trabalho docente, essa avaliação é realizada por toda comunidade escolar.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A organização do trabalho pedagógico no interior da escola está calçada nas atitudes de solidariedade, de participação colegiada, na divisão do trabalho. A direção juntamente com a equipe pedagógica realiza ao longo do ano letivo capacitações, oficinas e momentos de estudo e reflexão da prática pedagógica com seus professores e demais servidores. A SEE/MG em parceria com a Superintendência Regional de Ensino de Janaúba realiza no decorrer do ano encontro entre educadores da regional, capacitações para os diversos servidores, além da divulgação de material instrucional para as escolas e parceria das mesmas com a SRE, fortalecendo assim o trabalho realizado.

Disciplinas e formação éticas dos alunos

A escola pratica a justiça, incentiva a responsabilidade pessoal, a tolerância, a liberdade de expressão e generosidade, bem como propõe projetos e situações de reflexões. Vale destacar que em um dos projetos propostos, os alunos analisaram os valores humanos e montaram coletivamente o Código de Convivência dos Alunos, que consta no regimento da escola.

Deveres: compete ao pessoal docente

São deveres dos professores:

- 1-Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;
- 2-Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- 3-Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- 4-Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- 5-Ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- 6-Reunir-se na escola para avaliação coletiva das ações desenvolvidas, estudo e redimensionamento do processo pedagógico;
- 7-O período de trabalho a que se refere o item anterior inclui-se na carga horária normal do professor, que deve planejar atividades curriculares a serem desenvolvidas pelos alunos;
- 8-Acatar as decisões da diretoria e demais autoridades de ensino;
- 9-Atribuir bimestralmente a todos os alunos sob sua responsabilidade os conceitos e faltas na forma determinada na lei em vigor e entregá-los na secretaria, nos prazos marcados pela diretoria e serviço pedagógico da escola;
- 10-Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- 11-Colaborar e participar com a diretoria da escola da organização e execução de atividades complementares de caráter cívico, cultural recreativo e reuniões programadas;
- 12-Comparecer às reuniões pedagógicas e do conselho de classe quando convocado pelo diretor e/ou serviço pedagógico;
- 13-Cumprir os dias afixados no calendário escolar e os horários escolares;
- 14-Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- 15-Estar presente na sala de aula na hora marcada para início das atividades;
- 16- Fornecer ao serviço pedagógico da escola informações sobre seus alunos;

- 17-Manter contato com os pais ou responsáveis informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento do aluno;
- 18-Manter e fazer a disciplina na escola, em sala de aula e fora dela, de tal maneira que as atividades escolares se desenvolvam em um ambiente de ordem e respeito;
- 19-Manter rigorosamente em dia a escrituração dos diários de classe que deverá ser feita com máxima clareza, precisão, sem emenda e/ou rasuras.
- 20-Respeitar a diferença individual do aluno, sua possibilidade e limitações, mantendo-o em classe no período de aula;
- 21-Responder pela ordem em sala de aula, pelo bom uso do material didático;
- 22-Ser pontual;
- 23-Zelar pela aprendizagem dos alunos, tomando todas as providências para que haja aprendizagem;
- 24-Zelar pelo bom nome da escola, dentro e fora dela.

Direitos do pessoal docente

São direitos dos professores:

- 1-Exigir tratamento e respeito condigno a sua missão de educador;
- 2-Requisitar o material didático que julgar necessário as aulas, dentro das possibilidades da escola;
- 3-Utilizar livros e materiais didáticos necessários ao exercício de suas funções;
- 4-Receber incentivos para realização de trabalhos didáticos ou técnico-científicos, referente à sua função;
- 5-Usufruir as demais vantagens previstas na lei.

São deveres do pessoal discente

- 1-Abster-se de atos que perturbem sua ordem, ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, às autoridades escolares ou aos professores, funcionários, bem como aos representantes de turma, no uso de suas atribuições;
- 2-Acatar a autoridade do diretor, dos professores e demais funcionários da escola, tratando-os com urbanidade e respeito;

- 3-Acatar rigorosamente as proibições referentes à introdução e uso de bebidas alcoólicas, tóxicos, cigarros e similares, no recinto da escola, que possam conduzir à aquisição e fixação de hábitos nocivos, à saúde e à sociedade;
- 4-Agir com prioridade na execução dos trabalhos e testes escolares;
- 5-Comparecer às comemorações cívicas, sociais, culturais e religiosas promovidas pela escola, dentro ou fora dela, portando-se com irrepreensível conduta;
- 6-Comunicar, por escrito, à Secretaria da Escola, o seu afastamento temporário ou definitivo, por motivo de saúde e outros;
- 7-Contribuir no que lhe couber para o prestígio da escola;
- 8-Cumprir o horário determinado pela diretoria;
- 9-Zelar pelo patrimônio da escola, não escrevendo nas carteiras, mesas e paredes;
- 10-Conservar a limpeza dos corredores, pátios, banheiros, salas de aulas, bibliotecas e demais dependências, sempre jogando lixo nas lixeiras;
- 11-Permanecer na sala de aula durante a troca de professores;
- 12-Não circular nos pátios e corredores nos horários das aulas;
- 13-Respeitar colegas, professores e funcionários, evitando apelidos, vaias, brincadeiras desagradáveis e agressivas;
- 14-Usar quando possível, o uniforme com calça, bermuda ou saia comprida de forma respeitosa;
- 15-Pegar quantidades certas de merenda, para evitar desperdícios;
- 16-Não adotar processos fraudulentos na realização de avaliações, trabalhos, teste e exercícios.

Vedações aos discentes

- 1-Agressão física ou moral aos colegas;
- 2- Alterar mensagens ou avisos afixados pelo Diretor ou por ele autorizados;
- 3-Depreciar, emendar ou rasurar qualquer escrituração relativa à sua vida escolar ou de outrem;
- 4-Atitudes provocadas de indisciplina;
- 5-Ausentar-se da escola sem permissão do diretor ou funcionário responsável pelo turno, ou ainda sem autorização dos pais e/ou responsável;
- 6-Deixar de assistir aulas, estando na escola;

- 7-Entrar na sala de aula ou dela sair, durante as aulas sem a permissão do professor;
- 8-Entrar para assistir as aulas após ter dado o sinal para início do primeiro horário, salvo quando autorizado pela direção e/ou serviço pedagógico;
- 9-Incitar ausência e impedir a entrada de colegas na escola;
- 10-Ler ou trazer para a escola livros, revistas, periódicos, boletins, escritos e gravuras que atentem contra a moral, bons costumes, ordem e disciplina da escola;
- 11-Praticar atos que perturbem a ordem e ofendam os bons costumes ou importem em desacato às leis, bem como iniciativas e/ou participar de manifestações ofensivas às autoridades, pessoas ou instituições;
- 12-Tomar iniciativa ou adotar qualquer definição em que envolva o nome da escola sem estes expressamente autorizados pelo Diretor;
- 13-Trazer e/ou usar quaisquer objetos perigosos para a integridade física e moral;
- 14-Praticar atitudes e/ou palavras em desacato ao Diretor, Professor, colegas e demais funcionários da escola;
- 15-Utilizar celulares dentro da sala de aula, sendo permitido o uso somente no pátio e no horário do recreio;
- 16-Namorar dentro da sala de aula;
- 17-Andar de bicicleta dentro da escola.

Das penalidades aos discentes

Constatado que houve o descumprimento de quaisquer deveres mencionados no item anterior, caberá à escola, registrar a ocorrência em livro próprio da turma, correspondente a série ou ano em que o aluno notificado estuda. Caberá à escola também o envio de comunicado, convocando o pai ou responsável para assinar na ocorrência, para que o mesmo fique ciente do ocorrido. E ainda, depois de acionada a família, se o descumprimento das regras persistirem, será lavrada uma segunda ocorrência, na qual impossibilitará a participação efetiva desse aluno nos eventos culturais, esportivos e festivos realizados na escola. Verificado ainda, que mesmo depois de duas ocorrências registradas, o aluno persista no descumprimento, o fato será comunicado ao Conselho Tutelar através de ofício, e esse deverá intervir com a família e a escola na resolução do problema de caráter disciplinar.

A escola e seus profissionais

A relação professor-aluno deve possibilitar o desenvolvimento de ações que favoreçam o dinamismo no processo ensino-aprendizagem. Ela deve se caracterizar por uma troca efetiva de experiências na construção do conhecimento, buscando extrapolar o modelo tradicional centrado na figura do professor transmissor do conhecimento, que percebe o aluno como um ser passivo. Isso significa romper com as barreiras do autoritarismo, da passividade e da verticalidade, buscando desenvolver ações que privilegiem o diálogo e a interação, no sentido de construção coletiva do saber considerando a realidade social do aluno. Para garantir os ensinamentos acerca da democracia, é que foram criadas regras para discentes e docentes que servirão como incentivo ao respeito mútuo.

Os docentes recebem suas turmas através do direito do servidor que possui maior tempo na função, na escola e no Estado. A escola considera que o aluno deve estar no centro de todas as ações educativas e para isso há a valorização do trabalho do professor por meio do apoio pedagógico e material, capacitações, ações de incentivo a autoestima com palestras, confraternizações, momentos de lazer e interação em grupo. A escola também possui boa relação com a comunidade e realiza diversos eventos como a abertura da escola para a comunidade e atividades de valorização da família. A escola acredita que somente com a valorização dos envolvidos no processo educativo irá concretizar seus objetivos oferecendo educação de qualidade.

8. AVALIAÇÃO

Avaliação é um processo necessário no cotidiano escolar, a partir da mesma é possível nortear os trabalhos, direcionar e facilitar toda atividade pedagógica. A avaliação na E. E. Joaquim Teixeira de Brito é considerada como forte instrumento no fazer pedagógico. Destacamos que é realizada em vários momentos ao longo do ano letivo, a saber: pelos professores bimestralmente, pelo serviço pedagógico semestralmente, sempre com o objetivo de diagnosticar os avanços e deficiências do processo ensino/aprendizagem, são realizadas também as avaliações externas como PROEB, PROALFA, PROVA BRASIL, PAAE cujo objetivo é orientar as políticas públicas para a educação. Ressaltamos que essas avaliações vieram despertar nos funcionários da escola o interesse em investir melhor em seu trabalho.

A avaliação institucional também acontece por meio de questionário respondido pelos pais, a avaliação dos servidores acontece por meio do processo de

avaliação de desempenho realizada anualmente por comissão formada através de indicação dos servidores. Os registros são realizados através de tabulação, gráficos e atas. Para ser coerente com os princípios da flexibilidade curricular e da individualização do atendimento escolar, a avaliação deste educandário é uma ação processual e dinâmica de intervenção contínua no processo de construção do conhecimento, inerente à própria aprendizagem e tem como função básica acompanhar o desenvolvimento contínuo e progressivo do aluno. Ela fornece informações fundamentais para o professor interpretar o estágio de desenvolvimento do aluno e mapear os aspectos para os quais deve direcionar.

A Escola participa do programa de Avaliação da Escola Pública (SIMAVE/PROEB/PROALFA) envolvendo todos os alunos das turmas avaliadas, pais, servidores e colegiado. Essa avaliação possibilita à escola conhecer a qualidade do ensino que oferece e identificar onde e como pode melhorar, realizando uma autoavaliação de seus trabalhos. Além disso, a avaliação permite conhecer o desempenho dos alunos em aspectos cognitivos dos conteúdos curriculares, identificar nesses conteúdos os pontos críticos que necessitam maior atenção e intervenção imediata e prioritária para melhoria do ensino e da aprendizagem.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito tem consciência da amplitude de sua função social, que vai muito além de transmissão de conhecimentos. A escola é uma instituição formadora de cidadãos para atuar no presente e transformá-los de forma consciente. A proposta pedagógica da Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito norteará as ações que serão desenvolvidas nessa instituição de ensino, visando o bom atendimento dos educandos, suas expectativas e as aspirações da comunidade. Esta proposta propõe e objetiva as metas a serem alcançadas mediante diagnósticos apresentados a comunidade escolar. Dessa forma, a escola dinamiza um planejamento participativo para renovar sua prática constantemente, garantindo sua autonomia pedagógica. Neste sentido, a ação participativa no processo de planejamento e sistematização dos objetivos a serem alcançados busca novos paradigmas para a aprendizagem de nossos educandos.

Temos o princípio de direcionar sempre os alunos em suas relações interpessoais, cognitivas e sociais, promovendo uma educação onde haja autonomia moral e intelectual. O marco referencial da proposta visa à formação de indivíduos capazes de gerir seu aprendizado com autonomia e que utilizem o patrimônio público como um bem pertencente a todos, exercitando assim a cidadania. O referencial pedagógico baseia-se na resolução de problemas, no diálogo e na reflexão conjunta, tanto no que se refere ao conteúdo programático quanto ao andamento da unidade escolar.

Esta proposta sustenta a necessidade de desenvolver as competências e habilidades básicas a cada nível de ensino; elaboração e execução de projetos visando superar as dificuldades encontradas pelos alunos, professores e demais funcionários, garantindo assim aquisição de conhecimentos e ampliação do repertório cultural e bom desempenho de todos nos seus devidos papéis na construção de uma escola ideal.

Para que esse projeto seja desenvolvido com sucesso é imprescindível o envolvimento de todos, a participação ativa, criativa e crítica de toda comunidade. Não existem manuais, cursos ou planos de carreira que assegurem a concretização de ideais de forma automática, mas é percebido que a criação de condições favorável desperta desejos, estimula vontades, assim é preciso intervir nas situações, pois nada é irreversível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CATUTI. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Joaquim Teixeira de Brito, Catuti/MG, 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação e Sociedade**, vol.28,nº100-Especial,p.1015-1035, out.2007.Disponível em [HTTP://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/ a1828100.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf). Acesso em 01/08/2014.

CURY. Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. In: **Escola de Gestores**. Fundamentos do Direito à Educação, 2009. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file.php/1/gestores/direito/pdf/jamilcury.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental Parecer CEB 04/98. Disponível em :<http://www.ibr.gov.br/?itemid=82>. Acesso em 29 de julho de 2014.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. USP, São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4154#> acesso em 10/julho/2014.

FILHO, Vicente Henrique de Oliveira. **As novas tecnologias e a mediação do processo ensino/aprendizagem na escola**. Formador do Núcleo de Tecnologia Educacional de Caxias, MA – Brasil.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espços da escola?** Disponível em 1FEUNICAMPfreitas.list@uol.com.br. Acesso em 16/07/2014.

LOPES, Alice C. **Discursos nas políticas de currículo. Currículo sem Fronteiras**, v.6, n. 2, p.4, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 20 agosto 2014.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova – um momento privilegiado de estudo – não um acerto de contas**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PCNs 2009. Disponível em: <http://beckerhistoria.blogspot.com/2009/11/parametros-curriculares-nacionais5-8.html>. Acesso em 30/07/2014.

Resolução SEE nº 2197 de 26 de outubro de 2012 .Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/111313245/RESOLUCAO-SEE-N%C2%BA-2197-2-organizacao-e-funcionamento-da-educacao-basica-nas-escolas-estaduais>. Acesso em 07/08/2014.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**.